



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 13 Nº 11
Novembro de 2004

As exportações do RS por fator agregado

Uma análise da pauta de exportação do Estado a partir de 1990 mostra que, **entre 1990 e 1993**, a participação dos manufaturados sobre o total exportado pelo Estado vinha crescendo, fato atribuído principalmente à formação do Mercosul, já que, nesse período, ocorreram as maiores liberações tarifárias e não tarifárias dentro do bloco, elevando bastante as vendas para a região.

Entre 1994 e 1997, entretanto, as manufaturas exportadas pelo RS perderam participação nas exportações gaúchas, principalmente devido à política de valorização cambial imposta ao País com o Plano Real. Complementarmente, elevou-se a representatividade dos produtos básicos, não só porque os preços internacionais se encontravam em alta, mas também pelos efeitos da Lei Kandir. Assim, à época, para muitos especialistas, estaria havendo um retrocesso na pauta exportadora gaúcha.

rentabilidade da oferta somaram-se problemas na demanda externa, com os preços internacionais das *commodities* despencando. Como a maior parte da safra gaúcha é exportada ainda no primeiro semestre do ano, os efeitos da crise asiática sobre as vendas externas de produtos básicos só foram sentidos no ano seguinte ao colapso. Na verdade, nesse ano, houve uma queda generalizada das exportações do Estado, já que os manufaturados particularmente se ressentiram com a política cambial praticada. Mesmo se desvalorizando o real em 1999, a retração nas exportações do Estado ainda se manteve. Mas, como a queda nas receitas com os básicos foi maior do que o decréscimo nas vendas de manufaturados, estes acabaram por recuperar participação. Em 1999, a redução nas exportações de manufaturados foi atribuída principalmente à queda de preços, pois, diante da mudança no câmbio, os importadores forçaram um rebaixamento dos preços em dólares, apropriando-se de uma parcela dos ganhos dos exportadores. No ano 2000, as exportações gaúchas novamente voltaram a crescer, e o RS registrou a maior participação dos manufaturados em sua pauta exportadora (61,3%). Não só as vendas de produtos básicos ainda estavam sob o impacto da crise, como as exportações de manufaturados tiveram um forte aumento (25,1%), só então beneficiadas pelo efeito da desvalorização cambial.

Desde 2001 até agora, todavia, a representatividade dos manufaturados novamente vem caindo. De início, o fato pôde ser explicado pelo aumento nas exportações de produtos básicos e pela retração nas vendas de manufaturados, prejudicados pela crise argentina, embora o Estado tivesse partido, com sucesso, para a diversificação de mercados. Já a partir de 2003, o aumento nas exportações de básicos pode ser atribuído não somente ao aumento nas quantidades embarcadas, como vinha ocorrendo, mas também à elevação nos seus preços, observada nos últimos dois anos. Com isso, a representatividade dos produtos manufaturados nas exportações do RS, na última década, jamais esteve tão baixa, tendo voltado ao nível registrado em 1990 (50%), apesar da retomada das vendas para a Argentina. E, para este ano, espera-se, para o RS, um comportamento semelhante ao de 2003, com as vendas externas de manufaturados representando aproximadamente 50% do total exportado pelo Estado.

Concluindo, pode se afirmar que, ao longo desses 15 anos, o RS não conseguiu alterar sobremaneira seu perfil exportador. Embora não tenha se transformado em mero vendedor de produtos básicos, também não logrou aumentar, de modo significativo, sua participação de manufaturados na pauta, como esperavam alguns dos adeptos do processo de abertura econômica do País.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Exportações, por fator agregado, do RS — 1990-03

(US\$ milhões)

ANOS	BÁSICOS	SEMIMANUFATURADOS	MANUFATURADOS	TOTAL GERAL (1)
1990	1 282	419	1 730	3 442
1991	1 024	371	1 890	3 294
1992	1 519	436	2 371	4 339
1993	1 664	481	3 019	5 178
1994	1 513	622	2 870	5 027
1995	1 500	773	2 888	5 181
1996	1 797	697	3 146	5 663
1997	2 164	707	3 371	6 270
1998	1 759	708	3 127	5 628
1999	1 483	647	2 833	4 998
2000	1 545	623	3 544	5 779
2001	2 204	665	3 418	6 345
2002	2 111	803	3 380	6 375
2003	2 922	932	4 064	8 013

FONTE: MDIC/SECEX/DEPLA.

(1) A diferença entre o total geral e o somatório dos básicos, semi-manufaturados e manufaturados refere-se a Operações Especiais.

Entre 1998 e 2000, novamente se observou um incremento na participação dos manufaturados, devido a uma série de fatores, diferenciados a cada ano. Em 1998, à valorização cambial no País somaram-se os reflexos da crise asiática, desencadeada em meados de 1997. Ou seja, aos problemas na

As operações de crédito do sistema financeiro em 2004

Segundo dados do Banco Central (Bacen), o volume total de crédito do sistema financeiro, até setembro de 2004, apresentou um crescimento acumulado de 12,3%, o que significa uma melhora, quando comparado ao crescimento de 3,0% em igual período de 2003. Em relação ao PIB, a participação média do volume de crédito nos nove primeiros meses do ano foi de 25,93%, sendo considerada baixa, pois, nos EUA, na Europa e no Japão, por exemplo, esse volume ultrapassa 100% do PIB, enquanto, no Chile, é de 66% do PIB. O saldo do crédito com recursos livres (57,2% do total do sistema financeiro), que, até setembro do ano passado, havia crescido só 1,65%, deu um salto em 2004, aumentando, no período, 17,4%, enquanto os recursos direcionados (créditos a taxas de juros administradas), de um incremento de 5,21% em 2003, registraram uma expansão menor, de apenas 2,6% neste ano. A expansão do volume de crédito, principalmente os oriundos de recursos livres, foi reflexo da recuperação da demanda interna e espelhou o aumento dos financiamentos para produção e consumo, sendo que aqueles direcionados para as pessoas físicas foram os que mais cresceram.

Evolução mensal e acumulada no ano da taxa de crescimento das operações de crédito com recursos livres e direcionados no Brasil — jan.-set./04

MESES	RECURSOS LIVRES	RECURSOS DIRECIONADOS	TOTAL GERAL
	(1)	(2)	
Jan.	0,19	-1,35	-0,15
Fev.	1,91	-1,20	0,67
Mar.	1,62	0,01	1,09
Abr.	3,08	0,52	2,29
Mai	3,48	0,63	2,35
Jun.	1,43	1,54	1,55
Jul.	0,98	0,57	0,94
Ago.	1,64	1,05	1,55
Set.	1,89	0,87	1,43
Acumulada no ano	17,40	2,60	12,30

FONTE: Bacen.

(1) Não inclui companhias hipotecárias e agências de fomento e desenvolvimento. (2) Refere-se a créditos a taxas de juros administradas.

Edson Marques Moreira (FEE/NEESF)

Evolução do emprego formal no turismo

A Organização Mundial do Turismo (OMT), ao elaborar o marco conceitual da conta satélite do turismo (1998), indicou quais seriam as atividades econômicas características do turismo (ACT). Utilizando-se essas atividades e os dados do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**, pôde-se avaliar a evolução do emprego formal nas ACT, e, por conveniência, o nível de emprego formal nas ACT foi referido apenas como turismo.

Em nível nacional, embora não tão elevado como nas outras atividades, o turismo apresentou crescimento de 3,35% nos 12 meses encerrados em agosto, o que corresponde a um saldo de 44.133 postos de trabalho. No mês de agosto, o saldo foi de 6.594 postos de trabalho, o que corresponde a uma variação de 0,49% em relação ao mês anterior.

No Rio Grande do Sul, apesar do desempenho inferior ao do turismo nacional e ao das demais atividades do Estado, o turismo aumentou e registrou, nos últimos 12 meses, um crescimento de 2,44%, ou 2.044 novos postos de trabalho, explicado principalmente pelo bom desempenho dos Coredes Serra (8,13%, ou 607), Metropolitano Delta do Jacuí (1,21%, ou 418), Vale do Rio Pardo (7,25%, ou 174) e Hortênsias (4,21%, ou 132). No mês, a variação do turismo no Estado foi de 0,41% (354 novos postos), impulsionada, em termos absolutos, principalmente pelos 196 novos postos de trabalho no Corede Metropolitano Delta do Jacuí, representando um aumento de 0,57% em relação ao mês anterior.

Varição relativa do emprego formal nas atividades características do turismo e nas demais atividades econômicas no Brasil, no Rio Grande do Sul e nos principais Coredes — set./03-agosto/04

UNIDADES GEOGRÁFICAS	ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO		DEMAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	
	Ago./2004	12 Meses	Ago./2004	12 Meses
	Brasil	0,49	3,35	0,98
Rio Grande do Sul	0,41	2,44	0,50	7,02
Hortênsias (2)	2,09	4,21	1,06	10,11
Metropolitano Delta do Jacuí (2)	0,57	1,21	0,62	5,51
Serra (2)	0,36	8,13	0,89	8,69
Vale do Rio Pardo (2)	3,46	7,25	-14,21	9,20

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MTE/CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - Lei nº 4.923/65.

(1) Todas as atividades econômicas exceto as características do turismo. (2) Um dos Coredes mais importantes para explicar as variações do nível de emprego formal no turismo do Rio Grande do Sul.

Rafael Bernardini Santos (FEE/NIS)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Acirra-se a competição no mercado brasileiro de fertilizantes. E o agricultor?

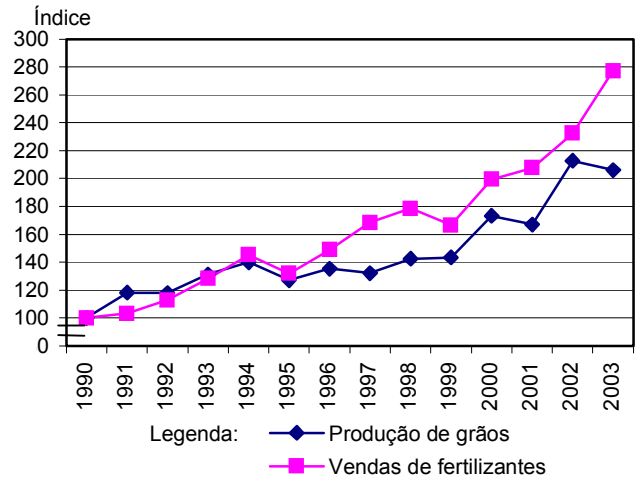
O crescimento da lavoura de grãos brasileira nos últimos anos alavancou a demanda interna por fertilizantes. Além disso, a perspectiva de o Brasil integrar-se crescentemente aos mercados mundiais de *commodities*, tendo em vista a reserva de terras disponíveis para a expansão agrícola, tornou estratégico o mercado brasileiro de adubos para as grandes corporações multinacionais.

Isso fica bem claro, quando se observa o verdadeiro surto de aquisições de empresas nacionais protagonizado tanto por multinacionais já instaladas no País (Bunge e Born e Cargill) quanto por *late-commers* (Norsk Hidro). Hoje, a produção brasileira de fertilizantes está concentrada em duas grandes corporações mundiais, as já citadas Bunge e Born e Cargill, sob a liderança da primeira delas.

Mas a liderança da Bunge e Born no mercado brasileiro pode estar ameaçada pelas últimas operações de reestruturação promovidas por gigantes na área de fertilizantes, em âmbito mundial. Acaba de nascer a The Mosaic Company, constituída pela união entre os negócios mundiais de adubos da Cargill e a, também norte-americana, IMC Global, cujo trunfo é ser líder no mercado mundial de dois dos três nutrientes básicos para a formulação de adubos, a saber, fosfato e potássio. É preciso ter em mente que o gargalo na produção de adubos, no Brasil, é a escassez de fertilizantes básicos fosfatados, conforme mostram as importações relacionadas a essa rubrica.

A estas alturas, é impossível deixar de se perguntar sobre os efeitos da concentração industrial sobre a produção agrícola, que sabidamente se organiza de forma atomizada.

Evolução física da produção de grãos e das vendas de fertilizantes no Brasil — 1990-03



FONTE: Conab-Ministério da Agricultura.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

Recuperação econômica e produtividade na indústria brasileira

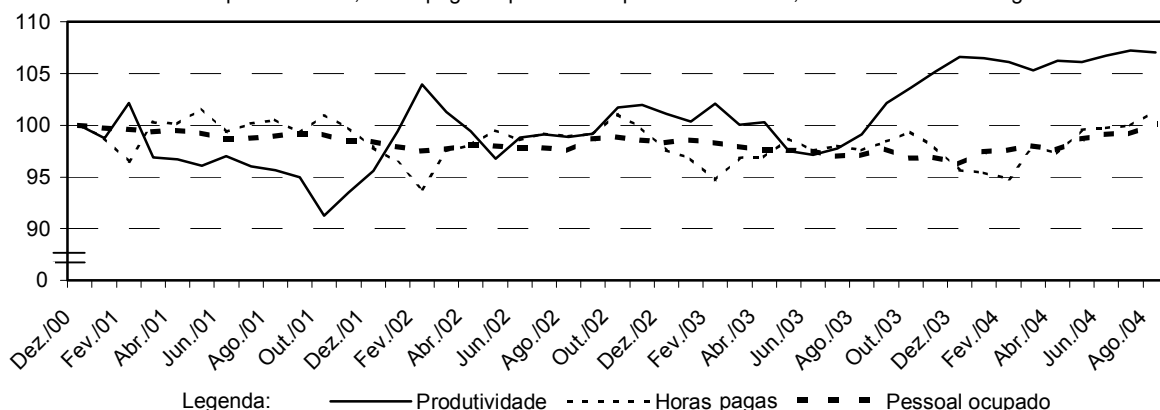
A retomada da atividade industrial no País, desde julho de 2003, é a chave da recuperação econômica em curso. Essa realidade leva ao questionamento de sua sustentabilidade. Afinal, nos últimos 14 anos, foram quatro ciclos de crescimento efêmero, nenhum ultrapassando mais de 12 meses continuados de taxas ascendentes. Uma maneira de auferir o fôlego da recuperação ora em curso é a verificação de seus efeitos sobre o desenvolvimento das forças produtivas. O gráfico faz essa averiguação através da variação da produtividade do trabalho, medida pela relação entre os índices da produção física e das horas trabalhadas.

Iniciando no pico de um ciclo, dezembro de 2000, vê-se que a produtividade declinou e voltou a crescer no ciclo seguinte, de janeiro a dezembro de 2001, perdendo fôlego em seguida, a ponto de a fase ascendente, até outubro de 2002,

não apresentar variação significativa do índice. Na fase em curso, o movimento parece ser outro, uma clara tendência de elevação da produtividade continuada por 13 meses, embora desacelerando desde o começo de 2004.

A questão que permanece em aberto é até que ponto esses resultados vão além de uma mera eliminação de porosidades no processo de trabalho — que naturalmente crescem em fases de recessão, resolvidas por maior intensificação e eficiência produtivas — e podem ser creditados a avanços tecnológicos decorrentes de investimento e inovação. Nesse caso, os ganhos de produtividade sinalizariam um fôlego maior ao presente ciclo, levando, inclusive, a uma recuperação do emprego. A questão em aberto é se esse processo terá força para superar os sinais negativos da política econômica e garantir sua continuidade nos próximos meses.

Índices de produtividade, horas pagas e pessoal ocupado na indústria, no Brasil — dez./00-ago./04



FONTE: PIM-IBGE.

Luiz A. E. Faria (FEE/NEI)

Queda expressiva no rendimento médio dos ocupados

Analisando os dados de rendimento médio real para os ocupados nas regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), pode-se observar uma queda contínua do rendimento no período de janeiro de 1999 até agosto de 2004, independentemente da região metropolitana analisada. As quedas do rendimento experimentadas pelos ocupados das regiões metropolitanas, por certo, foram de intensidades distintas, porém todas se mostraram muito significativas.

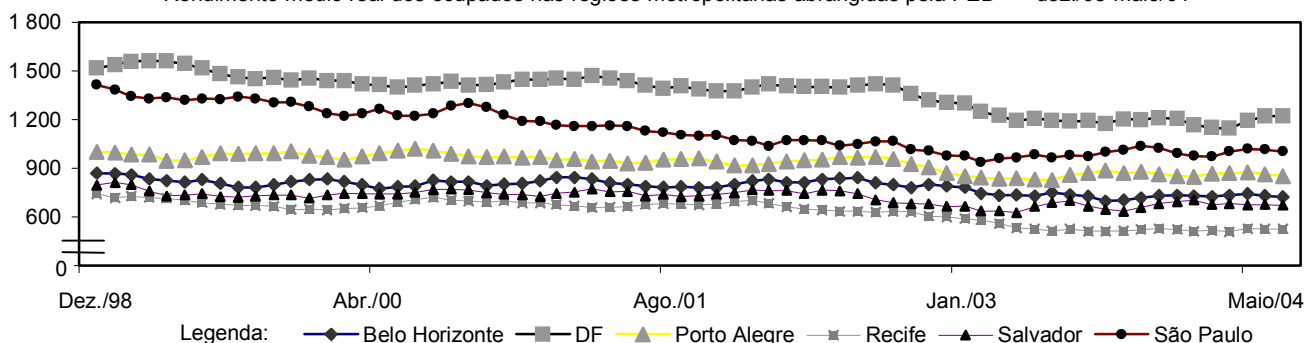
O rendimento médio dos ocupados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) reduziu-se de R\$ 1.415 para R\$ 1.003 (-29,1%); intensidade idêntica obtiveram os ocupados da Região Metropolitana de Recife (RMR), que, não obstante já terem a menor renda em janeiro de 1999, apresentaram o pior índice de evolução, juntamente com São Paulo. A seguir, no *ranking* dos ocupados que tiveram maior perda de rendimento, vêm os do Distrito Federal, com uma queda da ordem de quase R\$ 300 no rendimento médio real, o que representa uma perda de mais de 19%. A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi a que apresentou a menor queda dentre as regiões analisadas; apesar de ser bastante significativa (-14,8%), ela é quase a metade da experimentada pela Região Metropolitana de São Paulo. A diferença dos percentuais de retração no rendimento entre a RMPA e a RMSP foi tão importante que, em janeiro de 1999, um trabalhador da Região Metropolitana de Porto Alegre recebia, em média, 70,6% do rendimento de um trabalhador da RMSP, passando, em agosto de 2004, para cerca de 85%.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) apresentou queda pouco superior à da Região Metropolitana de Salvador (RMS) — 16,7% contra 15,6% respectivamente. Em janeiro de 1999, um ocupado da Região Metropolitana de Salvador recebia, em média, 91,6% do rendimento de um ocupado da RMBH. Esse percentual sofreu pequena alteração e, hoje, é de 92,8%.

O que chama atenção nos dados de rendimento das seis regiões é o fato de as posições iniciais de ordem em momento algum terem se alterado pelo menor período possível, o que mostra um forte componente estrutural operando sobre os rendimentos médios dos ocupados nas regiões metropolitanas.

Analisando os desempenhos da RMPA e da RMSP, é possível observar que o movimento na distribuição por posição na ocupação foi muito pequeno, porém muito semelhante nas duas regiões: pequena elevação no assalariamento, explicada, quase totalmente, por uma elevação do assalariamento privado sem carteira de trabalho. As quedas nos rendimentos aconteceram para todos os ocupados indiscriminadamente, tanto para os do setor formal como para os do informal, ou seja, a queda da renda dos ocupados nas regiões não pode ser explicada por uma mudança no perfil de distribuição dos ocupados por posição, mas, sim, por uma queda de poder aquisitivo em todos os níveis de ocupados, queda esta sempre maior para os ocupados da Região Metropolitana de São Paulo em relação aos da de Porto Alegre.

Rendimento médio real dos ocupados nas regiões metropolitanas abrangidas pela PED — dez./98-maio/04



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Os inflatores utilizados foram IPC-IEPE-RS; IPCA/BH/Ipead; IPC-Descon/Fundaj/PE; IPC-SEI/BA; valores de ago./04.

Jéferson Daniel de Matos (FEE/NASEE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 18.11.04).

ISSN 1517-7264

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
 Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior
 Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia
 Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
 CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
 www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.